



Em resumo...

Multilaterais

Em meados de 2006 se detiveram as negociações na OMC pela falta de acordos em pontos-chave, embora tenha havido reuniões informais no fim do ano para retomá-las.

No dia 31 de Janeiro de 2007, o Secretário-geral da OMC relançou oficialmente as negociações no marco da Rodada de Doha. O Comitê de Negociações Agrícolas da OMC se reuniu em fevereiro e os temas tratados são os subsídios agrícolas e os “produtos especiais”. Depois das primeiras reuniões deste Comitê, o governo francês deu claros sinais de sua decisão de não conceder novos cortes à sua política de subsídios agrícolas até que não haja um compromisso similar dos Estados Unidos. De acordo com diversas opiniões, a nova Lei Agrícola que está sendo discutida pelo Congresso dos Estados Unidos não avança o suficiente neste caminho.

América Latina

Nesse ano, a integração latino-americana esteve marcada pela ação dos Estados Unidos na assinatura de Tratados de Livre Comércio com o Peru e a Colômbia, e da Venezuela, que renunciou a sua participação na Comunidade Andina de Nações (CAN) e tentou reivindicar seu papel protagonista do MERCOSUL, em clara oposição ao governo norte-americano.

No MERCOSUL, depois da realização da Cúpula de Presidentes do bloco em janeiro e a assinatura de um TIFA entre os Estados Unidos e o Uruguai, o Brasil parece tentar tomar a liderança aproximando-se dos sócios menores, enquanto são realizados múltiplos acordos bilaterais entre a Argentina e a Venezuela. Além disso, este último país aprofundou as relações com a Nicarágua, Equador, Bolívia e Cuba - com cujos governos compartilha uma elevada afinidade ideológica, no marco da ALBA. Por sua vez, a Comunidade Andina de Nações (CAN) depois da assunção de um novo Secretário-geral, pretende uma aproximação com o MERCOSUL e a incorporação como membros associados do Chile e do México.

¹ Este boletim é elaborado pelo Capítulo Latino-americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio, com o apoio da UNIFEM. Este boletim será entregue periodicamente a cada mês e meio através do grupo boletinredgeneroycomercio@googlegroups.com Entretanto, pedimos que enviem as dúvidas e sugestões ao correio eletrônico boletinigtn@adinet.com.uy dirigidas a Sebastián Fleitas.

O que aconteceu em 2006?

A reativação da informalidade

Em meados de 2006 foram suspensas as negociações na OMC. No entanto, no final do ano começaram os rumores e as reuniões informais para revivê-las. Apesar da intenção do Secretário-geral da OMC, Pascal Lamy, de não relançar as negociações, o representante da Nova Zelândia, Crawford Falconer, encarregado da coordenação das negociações de bens agrícolas, e o do Chile, Alejandro Jara, encarregado da coordenação de serviços, realizaram uma série de reuniões informais que tiveram suficiente eco, como para fazer pensar em uma reativação das conversas no começo de 2007.

Estados Unidos x Chávez

A integração latino-americana foi marcada, em 2006, pelas ações dos Estados Unidos e da Venezuela. Por um lado, os Estados Unidos visava à realização de Tratados de Livre Comércio com um conjunto de países para avançar com a iniciativa da ALCA, mas através de tratados bilaterais. Neste sentido, durante o ano esse governo negociou acordos com a Colômbia, o Peru e o Panamá. Além disso, os Estados Unidos realizou negociações com o Uruguai, sem ter claro qual formato utilizaria para “aprofundar” as relações comerciais e seus temas conexos.

Por sua vez, o governo da Venezuela tentou aprofundar a integração latino-americana a partir da oferta de uma alternativa às propostas dos Estados Unidos. Neste sentido, a Venezuela solicitou seu ingresso no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que foi

outorgada com as características de membro pleno. Foi dado um prazo para o estudo do processo mediante o qual o país alcançará a Tarifa Externa Comum (TEC) e a livre mobilidade de trabalhadores e de capital.² Por sua vez, conhecida a assinatura dos TLC com a Colômbia e o Peru, o governo de Chávez anunciou sua decisão de abandonar a Comunidade Andina de Nações (CAN) em abril de 2006 e “denunciou” o Acordo de Cartagena que lhe dava forma.³

CAN e MERCOSUL agitados

Os dois blocos sub-regionais (CAN E MERCOSUL) apresentaram situações diferentes durante 2006. A Comunidade Andina de Nações viveu tensões com as negociações de cada um de seus Tratados de Livre Comércio (TLC) por

² A Venezuela foi aceita como membro pleno do MERCOSUL na Cúpula de dezembro de 2005. No entanto, para além dessa decisão política, a adaptação da Venezuela às normas do MERCOSUL, aprovadas desde 1991 até o momento de sua inclusão, começou a ser estudada por uma comissão do bloco, que iniciou seus trabalhos em maio de 2006. De acordo com as datas nas quais os Paramentos dos países do bloco aprovaram o Protocolo de Integração da Venezuela ao MERCOSUL, o prazo para a apresentação da fórmula estudada pela comissão é no próximo dia 7 de Março.

³ A denúncia, ou seja, o mecanismo para abandonar a Comunidade Andina de Nações se regulamenta no artigo 135 do Acordo de Cartagena: “O País Membro que deseje denunciar este Acordo deverá comunicá-lo à Comissão. A partir desse momento cessarão para ele os direitos e obrigações derivadas de sua condição de Membro, com exceção das vantagens recebidas e outorgadas em conformidade com o Programa de Liberação da Sub-região, as quais permanecerão em vigência por um prazo de cinco anos a partir da denúncia. O prazo indicado no parágrafo anterior poderá ser diminuído em casos devidamente fundados, por decisão da Comissão e a petição do País Membro interessado”.

Rede Internacional de Gênero e Comércio - Capítulo Latino-americano Boletim Nº 1 Ano I

parte da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos, a saída da Venezuela do Bloco por estes motivos e a relação de proximidade ideológica entre o Governo da Venezuela e o Presidente da Bolívia Evo Morales.

O MERCOSUL apresentou uma agenda carregada durante o ano de 2006, a partir da incorporação da Venezuela ao bloco no final de 2005, devido à afinidade ideológica de seus governos. A relação da Venezuela com o Brasil e com a Argentina foi diferente; apesar da cordialidade das conversas. A relação entre Venezuela e Brasil é marcada por uma “concorrência” pela liderança do bloco e da integração latino-americana em geral. A Alternativa Bolivariana para Nossa América (ALBA) frente à Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) proposta pelo Brasil. Com a Argentina, a situação é de maior afinidade, na qual se verifica nesta relação, entre outras coisas, o fato de que a Venezuela foi fundamental nas operações de mercado aberto de colocação da dívida pública Argentina, nos anos posteriores à moratória da dívida.

Por sua vez, o Uruguai e o Paraguai mantiveram em 2006 uma situação conflitiva com os sócios maiores devido à existência de fortes diferenças quanto aos benefícios da integração, que não ajudam a compensar as assimetrias prévias entre países. Neste sentido, os sócios maiores fizeram anúncios atendendo a essas queixas, instrumentando o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).⁴ Por sua vez, o Brasil anunciou o cancelamento do duplo pagamento da Tarifa Externa Comum⁵ para os produtos provenientes do Paraguai e o Uruguai.

⁴ Ver o quadro número 1

⁵ No regime atual, uma mercadoria paga a Tarifa Externa Comum (TEC) quando ingressa em um país do bloco e volta a pagar a TEC se vende

A relação entre o Uruguai e a Argentina foi marcada fundamentalmente pelo conflito binacional com base na instalação de plantas de celulose no Rio Uruguai, sob a qual os governos permanecem com o diálogo cortado. Também, os constantes rumores sobre a assinatura de um TLC entre o Uruguai e os Estados Unidos, geraram a discussão, por parte dos demais países do bloco, quanto à possibilidade do fato implicar o abandono do MERCOSUL por parte do Uruguai.

desde esse país a outro país do bloco. Por exemplo: um carro paga a tarifa externa comum quando ingressa no Uruguai. Se esse mesmo carro for vendido também ao Brasil, ao ingressar neste país voltaria a pagar a TEC. A eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum permite que isto não ocorra e que o imposto à importação seja pago somente uma vez.

As negociações do Leão e o Rato

Embora as negociações na OMC tenham recomeçado, nem os Estados Unidos nem a França querem cortar seus subsídios, mas sim negociar os “impedimentos” que os países em desenvolvimento põem ao livre comércio.

Começou em Genebra

No dia 31 de janeiro o Secretário-geral da OMC relançou oficialmente as negociações em todos os temas. As dúvidas obedecem ao fato de que a maioria dos membros mantém oficialmente as mesmas posturas quando, a meados do ano passado, se detiveram as negociações.

Neste marco, no dia 9 de fevereiro se realizou a primeira reunião multilateral na “sessão especial” do Comitê de Negociações Agrícolas da OMC. Estas reuniões - com todos os membros da OMC - aconteceriam a cada duas semanas. No entanto, o presidente do Comitê de Agricultura da OMC, Crawford Falconer, manterá um regime de reuniões informais com 24 embaixadores, que representariam os diferentes grupos de interesse quanto a essas negociações.

Nas negociações referentes a bens agrícolas foram discutidas a redução dos apoios domésticos (subsídios agrícolas) e a redução das tarifas dos produtos sensíveis, como por exemplo, o açúcar.⁶ Na fórmula que é discutida nestas reuniões, os países seriam capazes de defender-se da queda de tarifas

mediante a criação de novas quotas. Por sua vez, os temas mais relevantes para os países em desenvolvimento, tais como os “produtos especiais”⁷ e o “mecanismo de salvaguarda especial”⁸ seriam discutidos, segundo Falconer, nas próximas reuniões.⁹

Neste tema, 18 bilhões de dólares não é muito dinheiro.

No começo deste ano, o Poder Executivo do Governo dos Estados Unidos - liderado por George Bush - pediu ao Congresso dos Estados Unidos, de recente maioria democrata, tanto a renovação do mecanismo de Autoridade para a Promoção Comercial (TPA, sigla em inglês, conhecido também como “fast track”), como a aprovação da nova Lei Agrícola.

Quanto à Autoridade para a Promoção Comercial (“fast track”), está previsto que a não-aprovação signifique um forte estancamento para a Rodada de Doha da OMC, já que as negociações seriam, de outra forma, muito complexas. Por sua vez, a nova Lei Agrícola apresentada ao Congresso implica num corte de 18 bilhões de dólares nos programas de subsídios agrícolas, que foi percebido como insuficiente pelos membros da

⁶ Neste sentido, devido ao pedido da Organização Mundial do Comércio (OMC) à União Européia (UE), este bloco decidiu no dia 22 de fevereiro que reduzirá 13.5% sua produção de açúcar, a partir de diminuição das ajudas ao setor. A UE, mediante sua política de apoio à produção local é superavitária em relação a suas necessidades internas de açúcar, o que a transforma no segundo exportador mundial, gerando fortes distorções no mercado, como por exemplo, a baixa do preço internacional que recebem os demais exportadores deste bem.

⁷ A tipificação como “produto especial” de um bem, permitiria aos países em desenvolvimento excluí-los parcialmente da redução tarifária devido a critérios de Segurança Alimentar.

⁸ O “Mecanismo de Salvaguarda Especial” possibilitaria que os países em desenvolvimento se defendam frente a um aumento súbito das importações que coloca em risco a produção local.

⁹ Fonte: “Puente, edición quincenal” Volume IV, número 3 de 20 de fevereiro de 2007.

Rede Internacional de Gênero e Comércio - Capítulo Latino-americano Boletim Nº 1 Ano I

OMC com fortes interesses na negociação agrícola.

Disse o leão para o rato

Os Ministros de Economia dos países mais desenvolvidos se reuniram na Alemanha no segundo fim de semana de fevereiro, apoiando a renovação das negociações no marco da Rodada de Doha. Nesta reunião foram tratados os temas da liberalização do comércio em reuniões com ministros e banqueiros de países como a China, Rússia, Brasil, México e África do Sul. As negociações implicariam em rebaixas das tarifas sobre bens industrializados e em impedimentos aos serviços financeiros que se aplicam nestes países, em troca de reformas das políticas de subsídios nos Estados Unidos e na União Européia.

« Rien de rien »

O governo da França, através do Ministro de Relações Exteriores, Philippe Douste Blazy, pediu à União Européia que não fizesse mais concessões agrícolas nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) até que não se obtenha compromissos de reduções por parte de outros países. Concretamente, o Chanceler francês criticou a “flexibilidade condicional” do Comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, quando em julho de 2006 o mesmo mostrou uma disposição não oficial de se aproximar das petições das economias emergentes, para que a União Européia corte suas tarifas agrícolas em 54%¹⁰. No mesmo sentido se encaminharam as declarações do Ministro de Finanças da França, Thierry Breton, que colocou que esse país não realizaria novos cortes na sua política agrícola¹¹, em avaliação das

concessões que realizaram outros países.

Estas declarações se somam às realizadas pela Ministra de Comércio, Christine Lagarde, desse país dois dias atrás, que dirigia suas críticas à lei agrícola norte-americana. Em referência à dificuldade das negociações quanto aos bens agrícolas na OMC, a Ministra disse que: “Dadas as diferentes posições, e em particular a posição dos EUA, pelo menos o que jaz implicitamente na lei agrícola, não vejo que as conversas vão avançar em um futuro imediato”. Aprofundando sobre o projeto da nova lei agrícola dos Estados Unidos, apontou: “A lei agrícola faz pensar que os agricultores norte-americanos continuarão querendo seus subsídios. Sob estas circunstâncias, parece extremamente difícil que os EUA façam um esforço significativo que envolva uma redução nos subsídios”.¹²

¹⁰ Resumo de Imprensa da Oxfam do dia 13 de Fevereiro, extraído de ADN Mundo (Argentina).

¹¹ Resumo de Imprensa da Oxfam do dia 12 de Fevereiro, extraído de ADN Mundo (Argentina).

¹² Resumo de Imprensa da Oxfam do dia 09 de Fevereiro de 2007, extraído da Agência Reuters.

Primeiro, vamos todos ao Rio, depois cada um com seu jogo.

Os presidentes do MERCOSUL se reuniram no Rio, agora que o lobo não está. A Venezuela continua jogando forte. O Brasil parece querer ser protagonista.

Em janeiro, os presidentes foram para o Rio.

Nos dias 18 e 19 de janeiro de 2007 aconteceu a XXXI Cúpula de Chefes de Estado do Mercado Comum do Sul, no Rio de Janeiro, na qual permaneciam na agenda temas como o ingresso da Bolívia no bloco, mecanismos que assegurassem uma melhora estrutural e política do bloco, a distribuição da renda aduaneira extrazona e a criação de um Parlamento do MERCOSUL.

Quanto ao pedido da Bolívia de ingresso ao bloco como membro pleno (agora é membro associado) sem perder a filiação à CAN, a Cúpula estabeleceu uma comissão que tem 180 dias para

despachar quanto às possibilidades de viabilizar este pedido. Por sua vez, e com a chegada ao Governo do Equador de Rafael Correa, este país também viveu uma aproximação com o bloco, mesmo não havendo um pedido concreto de adesão.

Por outra parte, na Cúpula se fixou definitivamente o ano 2009 para o começo da construção do Gasoduto do Sul que uniria Venezuela, Brasil, Argentina e Uruguai. Outra das medidas foi a aprovação de 70 milhões de dólares para projetos para o Uruguai e o Paraguai no contexto do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Em 2004, o Conselho do Mercado Comum, órgão do MERCOSUL, resolve mediante a Decisão 45/04 a criação de um Fundo de Convergência Estrutural. O artigo 1 de dita Decisão cria o “Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (em adiante FOCEM), destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração”.

A integração e o funcionamento do FOCEM se regula mediante a Decisão 18/05 do ano 2005. Na mesma se definem os quatro tipos de programas que atenderão o Fundo (Convergência Estrutural, Desenvolvimento da Competitividade, Coesão Social e Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração). Na Decisão 18/05 também se estabelecem os aportes dos diferentes sócios e as porcentagens nos quais se adjudicarão os fundos para projetos. Os aportes anuais dos Estados Parte ao FOCEM são de 100 milhões de dólares, dos quais 70% é contribuição do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai. Nessa Decisão também se estabeleceu que estes fundos devem repartir-se em projetos de acordo com a seguinte distribuição: 48% do fundo será destinado a projetos apresentados pelo Paraguai, 32% aos apresentados pelo Uruguai e 10% tanto para os projetos do Brasil como da Argentina.

Em janeiro de 2007, foram aprovados os primeiros projetos-piloto do fundo, após haverem sido avaliados pelo Comitê de Especialistas adotado pelo fundo. Os projetos aprovados predominantemente são dos países de menor desenvolvimento relativo e alguns projetos que envolvem os quatro sócios apresentados pela secretaria do MERCOSUL.

Rede Internacional de Gênero e Comércio - Capítulo Latino-americano Boletim Nº 1 Ano I

O governo da Venezuela estimulou na reunião a criação de um Banco do Sul¹³ por parte dos países do bloco, mas não se instaurou uma comissão para o estudo dessa medida. Também relacionado aos aspectos financeiros, na Cúpula foi acordado o estudo da repatriação das reservas internacionais¹⁴ que os países do bloco mantêm em bancos de países europeus ou dos Estados Unidos e o estudo da criação de uma moeda¹⁵ para o cancelamento de contas de comércio no MERCOSUL.

Por último, o Brasil entregou a Presidência Pró Tempore ao Paraguai pelos próximos seis meses. No discurso de entrega de comando da Presidência Pró Tempore, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva colocou que o bloco devia avançar na complementação produtiva, particularmente na cadeia produtiva de biocombustível, setor que se encontra em expansão devido às restrições quanto à energia baseada no petróleo, no qual o Brasil é o principal produtor mundial. Por sua vez, Nicanor Duarte, Presidente do Paraguai e Pró Tempore do MERCOSUL, colocou que os seis meses de sua presidência deveriam ser os da Integração Energética, fazendo referência a um conjunto de propostas que existem na Região, com a participação da Venezuela e da Bolívia,

¹³ Ver quadro 2

¹⁴ As reservas internacionais líquidas são ativos com poder de cancelamento de dívidas internacionais que os países mantêm. Os países do MERCOSUR geralmente colocam suas reservas em bancos dos Estados Unidos ou da Europa para que as mesmas rendam juros enquanto que os Estados não as utilizam.

¹⁵ Foram realizadas durante o ano 2006, declarações e reuniões dos Ministros de Economia da Argentina e do Brasil, exploratórias para a criação de uma unidade de conta (moeda virtual) que permita a eliminação da utilização do dólar norte-americano para as transferências comerciais entre países. A criação desta unidade de conta ajudaria os países a aliviar suas necessidades de dólares para realizar as transações e poderia ser um embrião de uma moeda comum do MERCOSUR.

para superar as restrições energéticas dos países.

TLC por enquanto não, TIFA.

No dia 25 de janeiro foi assinado, em Montevideu, um Acordo Marco sobre Comércio e Investimento (TIFA, por sua sigla em inglês), entre o Uruguai e os Estados Unidos. Este acordo cria uma comissão para o aprofundamento das relações de comércio e investimentos entre os assinantes, que se reunirá pelo menos uma vez por ano. O acordo inclui também um anexo no qual é listado um conjunto de temas sobre os quais se tratará nas reuniões da comissão, sendo incluídos nesta lista temas que presentes na agenda de discussão dos Tratados de Livre Comércio (TLC).

Kirchner-Chávez vs. ...

Na visita do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, à Venezuela foram promovidos 17 acordos de cooperação em diversos temas tais como petróleo, bens agrícolas e temas financeiros e comerciais.

Entre os acordos se destaca a assinatura de um convênio para a constituição do Banco do Sul; a emissão conjunta entre Venezuela e Argentina de uma série de bônus de dívida pública - chamados Bônus do Sul - que implica a compra por parte da Venezuela de mais 750 milhões de dívida pública argentina¹⁶ e um empréstimo do Governo da Venezuela, através do Banco Nacional de Desenvolvimento, de 135 milhões de dólares para capitalizar a companhia leiteira argentina SANCOR, que se encontrava em quebra e com o cese iminente de suas atividades.

¹⁶ Estes 750 milhões de dólares se somam aos 3500 milhões de dívida pública argentina que possui o governo da Venezuela; Fonte: Resumo de Imprensa da Oxfam do dia 22 de fevereiro, extraído do Diário La Nación (Argentina).

Lula-Vázquez?

O Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Uruguai no dia 26 de fevereiro para reunir-se com o Presidente do Uruguai Tabaré Vázquez, no âmbito das críticas ao funcionamento do bloco realizadas pelo Governo uruguaio e da chegada próxima do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, a estes países.

Neste sentido, o Brasil deu um sinal de que quer recuperar a liderança da região, disputada pelo Governo venezuelano de Chávez, da qual se encontraria cada vez mais afastado, dadas suas ações e discursos¹⁷.

O Presidente do Brasil realizou uma autocrítica quanto ao apoio brindado pelo país à eliminação das assimetrias do bloco. Neste sentido, reiterou sua vontade de flexibilizar as normas quanto a regras de origem para os sócios menores e agilizar a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum.

Além disso, foram assinados diversos acordos entre os presidentes que incluem a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica entre os países e a melhoria da infra-estrutura que conecta suas fronteiras terrestres. Por último, serão estimulados investimentos brasileiros nas áreas têxtil e na produção de cimento Portland.

¹⁷ Fonte: jornal "la diaria" (Uruguai), edição impressa do dia 27 de fevereiro de 2007.

BANCO DO SUL¹⁸

No dia 21 de fevereiro em Caracas, Venezuela, o Presidente desse país e o Presidente da Argentina assinaram um memorando de entendimento para colocar em funcionamento o Banco do Sul. A idéia de conformação deste banco tinha sido colocada pela Venezuela em diferentes âmbitos multilaterais, mas as demoras na aprovação do projeto por parte de Brasil levaram a Argentina e a Venezuela iniciar o mesmo bilateralmente. No entanto, países como a Bolívia e o Equador manifestaram sua intenção de aderirem ao projeto no futuro próximo.

No memorando se estabeleceu uma comissão que em um prazo de 120 dias deverá redigir os estatutos da nova instituição, elaborar o plano de ação, uma estimativa do capital inicial e um plano de captação de recursos. O capital inicial deste banco proviria de aportes dos Estados venezuelano e argentino, fundamentalmente de parte das reservas internacionais que estes países têm em bancos da Europa e dos Estados Unidos. Neste sentido, as reservas internacionais da Venezuela são aproximadamente 35 bilhões de dólares, enquanto que a Argentina possui uma cifra similar.

A finalidade do novo banco ficou definida nas palavras do Presidente Kirchner depois da assinatura do memorando: “no Banco do Sul queremos apoiar a reconversão produtiva, a inclusão social, a integração física e projetos estratégicos, em países pequenos e grandes com um conceito de solidariedade sem perder o critério de banco”.

Posteriormente, no dia 26 de Fevereiro, o Ministro de Economia do Equador, Ricardo Patiño, após uma reunião com seu par venezuelano, confirmou a presença do Equador no novo projeto e recordou a futura incorporação da Bolívia. Neste mesmo dia informou-se a previsão de que o Banco do Sul terá um capital inicial próximo aos 800 milhões de dólares, dos quais é sabido que 300 serão contribuídos pelo Governo da Venezuela.

¹⁸ Para o quadro de texto se utilizaram como fontes as edições digitais do dia 21 de fevereiro de 2007 de imprensa de 20.Minutos (Espanha) e Imrensa Latina (México), o Resume de Imprensa de Oxfam do dia 27 de janeiro e o Site do Portalalba (www.alternativabolivariana.org)

Bom verão para se renovar

Amigos de Mister Danger: O Novo Presidente da Comunidade Andina de Nações tenta atrair muitos países, ainda que por transitiva a relação entre a Colômbia e o Peru com a Venezuela não seja boa.

O novo Secretário-geral da Comunidade Andina de Nações (CAN), Freddy Ehlers, de origem equatoriana, após assumir este cargo no dia 21 de fevereiro, assinalou como estratégia do bloco andino de nações ter uma aproximação mais estreita com o MERCOSUL e estender as bases da integração latino-americana além das negociações econômicas, incorporando temas de cultura, educação, saúde e meio ambiente.

Ehlers destacou que o desejo do Presidente da Colômbia Álvaro Uribe é que a Venezuela volte à CAN e a “indeclinável vontade peruana da integração”. O Secretário colocou a necessidade de trabalhar em coordenação com o MERCOSUL para alcançar a “grande unidade latino-americana”, além da necessidade que a CAN negocie com os países da Ásia-Pacífico e da Europa. Por último, o desejo que tanto o Chile como o México se integrem ao bloco como países associados¹⁸.

¹⁸

Muita afinidade e muito acordo

No relativo à Alternativa Bolivariana para Nossa América (ALBA), o Governo da Venezuela assinou uma grande quantidade de acordos com seus países amigos.

Em janeiro de 2007, a ALBA se viu fortalecida a partir da ascensão de Rafael Correa como Presidente do Equador e de Daniel Ortega como Presidente da Nicarágua devido à proximidade ideológica dos presidentes, além dos vínculos de proximidade previamente existentes entre os governos da Bolívia, Venezuela e Cuba.

No dia 25 de janeiro, 16 Acordos entre a Venezuela e Cuba foram assinados, no marco da ALBA, para a cooperação nas áreas de siderúrgica, telecomunicações e agricultura. Entre outras coisas, estes

acordos permitem a exploração por parte da Venezuela de parte do litoral cubano em busca de petróleo e implicam na reabertura de uma refinaria de petróleo em Cuba, no âmbito de uma associação entre a petroleira cubana e a venezuelana.

Também, no dia 8 de Fevereiro, a constituição da ALBA foi apresentada ante a OEA. Esta constituição prevê o funcionamento de um conjunto de organismos latino-americanos para a integração econômica, mas também cultural, política e de serviços públicos.

Glossário

Acordo Marco sobre Comércio e Investimento (TIFA, por sua sigla em inglês): É um acordo entre países que estabelece um marco de trabalho para o aprofundamento das relações comerciais e de investimentos. Alguns destes acordos podem conter como anexo uma agenda de temas similares aos de um TLC para a discussão entre os países.

Alternativa Bolivariana para Nossa América (ALBA): A ALBA é uma iniciativa de integração latino-americana liderada pelo governo da Venezuela que surge explicitamente como uma oposição à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas, liderada pelos Estados Unidos, que tentava a conformação de uma zona de livre comércio entre todos os países da América).

Tarifa Externa Comum (AEC): Tarifas alfandegárias que um conjunto de países adotam para efeito de taxar as importações de bens e serviços originários de outros países.

Comunidade Sul-americana de Nações (CASA): é uma iniciativa de integração latino-americana liderada pelo Brasil e formada por todos os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina (CAN) além do Chile, Guiana e Suriname.

Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM): Fundo criado pelo MERCOSUL que é nutrido pelos aportes dos sócios para brindar empréstimos não reembolsáveis a projetos que ajudem a diminuir as assimetrias, no que se refere a desenvolvimento, entre os países e as zonas do bloco.

Livre mobilidade de trabalhadores e de capital: A livre mobilidade de trabalhadores se refere à capacidade de uma pessoa de trabalhar em um país diferente do seu de forma legal e com todos os benefícios da previdência social. A livre mobilidade de capital se refere à possibilidade de uma pessoa ou empresa investir seu capital

financeiro em atividades fora de sua fronteira.

Mecanismo de Autoridade para a Promoção Comercial (TPA, por sua sigla em inglês, conhecido também como “fast track”): Mecanismo pelo qual o Senado dos Estados Unidos brinda ao Poder Executivo a faculdade de realizar as negociações comerciais, reservando-se o direito de votar as mesmas somente na “pasta fechada”, ou seja aprovando ou reprovando a totalidade das negociações.

Mecanismo de Salvaguarda Especial: são medidas especiais e de urgência aceitas pela OMC. Podem ser adotadas quando os produtores de um país são prejudicados tanto por uma queda importante do preço ou um aumento súbito das importações de um bem. No entanto, para aplicar estes mecanismos o país deve ter substituído por restrições tarifárias as restrições não tarifárias que aplicava anteriormente.

Organização Mundial do Comércio: a Organização Mundial do Comércio (OMC) é a organização que se ocupa das normas que regem o comércio entre os países em nível mundial. Foi fundada no ano de 1995, embora seja sucessora dos acordos realizados no marco do GATT. A OMC trabalha em quatro áreas: o comércio de bens, o comércio de serviços, os direitos de propriedade intelectual e os investimentos.

Presidência Pró Tempore do MERCOSUL: Chama-se assim à Presidência do MERCOSUL dado que a mesma funciona em um sistema rotativo entre os Presidentes dos países membros do bloco a cada seis meses. Em cada Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, a cada seis meses, se realiza a entrega de comando.

Reservas Internacionais Líquidas: São as divisas (ou seja, moedas estrangeiras com capacidade de cancelamento internacional de dívidas) que possui um país menos as dívidas de curto prazo que esse país deve enfrentar.

Rede Internacional de Gênero e Comércio - Capítulo Latino-americano Boletim Nº 1 Ano I

Subsídios: Podem ser diretos ou indiretos. Os primeiros consistem em um pagamento realizado aos produtores nacionais que vendem ao estrangeiro. Os segundos atuam através da devolução de tarifas sobre insumos importados, condicionada a certas metas de exportação, produção ou emprego que constituem incentivos à exportação. Em ambos casos, o efeito é melhorar os preços que recebem os produtores e a colocação desses produtos.

Tratados de Livre Comércio (TLC): acordos entre países que incluem temas comerciais, de investimentos, de compras públicas e de propriedade intelectual, que servem para regulamentar o intercâmbio comercial e de investimento entre os assinantes.